



ATA DA 82ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL PARA PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS DE LESBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESPÍRITO SANTO.

No dia 9 do mês de julho de 2026 (dois mil e vinte seis), às 14 (quatorze) horas, através da plataforma de reunião zoom, Link: <https://us02web.zoom.us/j/81015806626>, Reuniram-se membras/os/es do Conselho Estadual de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos da População LGBTQ+ do Espírito Santo para 82ª Sessão Plenária Ordinária, estando presentes no ato seguintes conselheiras/os/es: **PODER PÚBLICO:** Bê Kobe da Silva - Titular/SEDH; Gisele Paulo - Suplente/SEDH; Dulcimara Comerio - Titular/SEDU; Julio Cesar Moraes - Titular/SESA; Luizane Guedes - Titular/UFES; Weverson Dadalto - Suplente/UFES; Vinnicius Camargo de Souza Laurindo – Suplente/SEDU **SOCIEDADE CIVIL:** Maria José dos Santos - Suplente/FONATRANS; Layza Lima Leopoldino - Titular/Fórum LGBTQ+ da Serra; Jeffa B Moreira Santana -Titular/Coletivo TransEncruzilhadas; Fabiana Oliveira de Carvalho - Titular/RNP-ES; Chander Rian de Castro Freitas - Suplente/RNP-ES; Maria Eduarda Gualandi Fabre - Titular/CORES; Dayane Sara Paixão - Titular/Fórum Baixo Guandu; Monica Miniguite de Nadai - Titular/Fórum Gabi Monteiro; Antônio Juvenal da Silva Junior - Suplente/Fórum Gabi Monteiro; Valcilene Lobato dos Santos – Suplente/LGBTI+MST-ES; Filipe Costa Vieira - Titular/Fórum LGBTQ - **CONVIDADES:** Thiago Rodrigues de Freitas; Carlos Augusto Gabriel de Souza(Gerente do Observatório da Segurança da SESP) e Fabiana Turino (Subsecretária Estadual de Direitos Humanos – SEDH). Após verificar o quórum, a Presidenta do conselho Fabiana Oliveira de Carvalho deu início à reunião apresentando a **ORDEM DO DIA: Ponto de Pauta 01. INFORMES:** O conselheiro Júlio informou sobre a realização das oficinas regionais de Saúde LGBTQ+, destacando a primeira atividade na Região Metropolitana, com representantes de quatro municípios, e comunicando a próxima oficina em Cachoeiro de Itapemirim, além das previstas para Colatina, Linhares, São Mateus, Aracruz e Guarapari. A conselheira Fabiana informou que não poderá participar da atividade em Cachoeiro, mas ressaltou a importância da presença dos conselheiros regionais. Encaminhamento: Júlio deverá divulgar o cronograma das oficinas com antecedência para possibilitar a participação dos representantes das regiões. Fabiana apresentou informe sobre o “Projeto Fortalecer C” (RNP), informando que a primeira formação ocorreu em São Mateus, a segunda será realizada em Cachoeiro de Itapemirim e a última em Vila Velha. Encaminhamento: Foi reforçado o convite para participação dos conselheiros nas formações restantes. Fabiana e Filipe relataram a realização do 2º Seminário da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, destacando a celebração dos dez anos do Conselho Estadual LGBTQ+, o resgate da trajetória dos movimentos sociais, a relevância do Manifesto da Serra e a parceria da Secretaria de Estado das Políticas para as Mulheres na realização do Seminário de Mulheridades LBT. Encaminhamento: Deliberou-se pelo envio de agradecimento formal à Secretaria de Estado das Políticas para as Mulheres pela parceria e comprometimento. A conselheira Layza convidou os membros para o 1º Fórum Regional de Cidadania e Saúde da População LGBTQ+, a ser realizado em Aracruz, informando sua participação como representante da Câmara Técnica. Mônica questionou sobre a disponibilidade de transporte para os conselheiros interessados. Encaminhamento: Os interessados deverão contatar Gisele para verificar a logística de transporte, reforçando-se a importância do apoio às ações desenvolvidas no interior do estado. Por fim, Fabiana informou sobre sua participação no evento das Defensoras Populares, realizado no Centro Educacional Agostiniano, destacando a presença de mulheres LBT na formação como um importante avanço para o fortalecimento da perspectiva interseccional nas políticas públicas. **Ponto de Pauta 02. APROVAÇÃO DA ATA:** A ata foi submetida à apreciação dos conselheiros. O conselheiro Bê Kobe solicitou alteração na linha 78, que passou a ter a seguinte redação: "Para a realocação da equipe ao Empodera+, é necessária justificativa à Secretaria de Gestão e Recursos Humanos - SEGER." Após a alteração, os conselheiros manifestaram sua aprovação por meio do chat, sendo a ata aprovada por unanimidade. **Ponto de pauta 03. DIÁRIAS E PASSAGENS PARA CONSELHEIROS:** O conselheiro Filipe iniciou a pauta relatando preocupação quanto à suspensão



de diárias e passagens destinadas aos conselheiros, destacando que a situação poderia comprometer a participação dos membros nas agendas institucionais e, conseqüentemente, o regular funcionamento do Conselho. O conselheiro ressaltou que a Lei nº 9.826/2012 assegura a concessão de diárias aos conselheiros, destacando que eventual descumprimento da legislação poderá ensejar a adoção das medidas cabíveis, inclusive o acionamento do Ministério Público. Na sequência, relatou que alguns conselheiros, incluindo a presidenta Fabiana, participaram de agendas institucionais sem o recebimento de diárias, tendo arcado com despesas de deslocamento, alimentação e transporte com recursos próprios. A presidenta Fabiana confirmou a realização das agendas institucionais necessárias, mesmo diante da ausência de pagamento de diárias, informando que, para viabilizar sua participação, contou com parcerias e recursos próprios. O conselheiro Júlio lembrou que, em reunião anterior com a Secretária Marcela de Azevedo Bussinguer Conti, havia sido informado sobre a existência de um pedido de suplementação orçamentária em andamento, em razão de restrições orçamentárias que não atingiam somente o Conselho Estadual para Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT+, CELGBT+ES, mas também os demais conselhos e servidores. Em seguida, a Subsecretária Fabiana Turino informou que a Secretaria de Estado de Direitos Humanos – SEDH havia sofrido um corte de 10% em seu orçamento. Esclareceu, contudo, que o crédito suplementar havia sido liberado pela Secretaria de Estado de Economia e Planejamento - SEP na semana anterior à reunião, possibilitando a regularização das diárias e passagens. Informou, ainda, que o processo referente às passagens junto à empresa Águia Branca havia sido regularizado. A Subsecretária Fabiana Turino ressaltou que os recursos públicos são limitados e que o quantitativo de participantes em eventos deve ser planejado e gerenciado de forma responsável, de modo a garantir a adequada utilização dos recursos públicos, sem prejuízo da representatividade do Conselho. Informou, ainda, que o planejamento financeiro da Secretaria contempla as despesas com diárias e passagens até dezembro de 2026, não havendo, naquele momento, previsão de novas dificuldades relacionadas a esses pagamentos. O conselheiro Filipe reconheceu a regularização da situação, mas reforçou que o Conselho possui autonomia para avaliar o quantitativo de conselheiros necessários à participação em eventos e agendas institucionais, ressaltando que devem ser asseguradas as condições mínimas para o exercício das funções dos conselheiros, especialmente quanto à disponibilização de passagens, diárias e utilização de veículo oficial, quando necessário. Após as manifestações, ficou registrado que as diárias e passagens foram regularizadas a partir da semana da reunião. Ficou acordado que o Conselho continuará acompanhando o cumprimento da Lei nº 9.826/2012 e a regularidade da disponibilização dos recursos destinados às diárias e passagens. Em caso de novo descumprimento da legislação, poderão ser adotadas as medidas administrativas e legais cabíveis, inclusive o encaminhamento da situação ao Ministério Público.

Ponto de pauta 04. APRESENTAÇÃO DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIA COM VÍTIMAS LGBT: Gerente do Observatório de Segurança Pública da SESP, apresentou o histórico, os avanços alcançados e a proposta de implementação de um painel interativo para monitoramento de ocorrências envolvendo vítimas LGBT+. Informou que, antes de 2019, os sistemas de registro de ocorrências praticamente não possuíam campos que permitissem a identificação de vítimas LGBT+. Destacou, como principais avanços, a criação dos campos de nome social e orientação sexual, a inclusão de incidente específico para crimes motivados por homofobia e transfobia e a elaboração de capítulo específico sobre a temática no Anuário de Segurança Pública, desenvolvido em parceria com o Instituto Jones dos Santos Neves. Apresentou a evolução do número de ocorrências registradas, que passou de aproximadamente 1.900 em 2019 para mais de 4.500 em 2025, tendo atingido pico superior a 5.000 registros em 2024. Na sequência, apresentou a proposta de substituição do atual modelo de divulgação dos dados, baseado em relatório anual em formato PDF, com defasagem aproximada de 18 meses, por um painel interativo atualizado mensalmente. O painel permitirá consultas por meio de filtros como tipo de crime, raça/cor, faixa etária, violência doméstica e motivação homofóbica/transfóbica. Informou, ainda, que foi encaminhado ofício às Academias de Polícia Civil e Militar sugerindo a inclusão de conteúdos



relacionados à temática LGBT+ nos cursos de formação e aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública. Esclareceu que o painel encontra-se em fase de homologação e que este é o momento oportuno para o recebimento de sugestões de aprimoramento. Também apontou aspectos que ainda necessitam de ajustes, entre eles a classificação incorreta da categoria "transsexual" no campo referente ao sexo, a ausência de campo específico para identidade de gênero e a necessidade de desagregar a categoria "homossexual", atualmente utilizada para agrupar pessoas gays e lésbicas. Por fim, informou que os casos de vítimas de mortes violentas são monitorados de forma individualizada, mediante pesquisa em fontes abertas, como jornais e redes sociais, além das informações constantes nas declarações prestadas junto ao Instituto Médico Legal (IML). Na sequência, foi aberta a palavra aos conselheiros para manifestações e contribuições. A conselheira Layza destacou a importância do diálogo estabelecido com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP) e ressaltou a receptividade do Subsecretário às demandas apresentadas pelo Conselho. A conselheira Mônica sugeriu que o Conselho, em parceria com o movimento social, possa atuar como ponto focal para qualificar os dados referentes às vítimas letais. O conselheiro Júlio informou que o quesito raça/cor já se encontra disponível entre os filtros do painel de monitoramento. Em seguida, a conselheira Mônica reforçou a necessidade de conferir maior visibilidade ao filtro raça/cor no painel, reiterando sugestão apresentada em reunião anterior. O conselheiro Vinícius sugeriu que os conselheiros se apropriem do material apresentado e encaminhem contribuições para seu aprimoramento, propondo a realização de reunião presencial com o Sr. Carlos para análise mais aprofundada do painel. A conselheira Layza propôs que, após o período eleitoral, seja realizado um evento oficial de lançamento do painel, com a participação do Conselho. Na sequência, a conselheira Mônica lembrou que, durante reunião realizada com a SESP, também foi debatida a forma como a mídia se refere às pessoas trans, especialmente quanto ao uso incorreto de nomes e pronomes, sugerindo a realização de uma reunião entre o Conselho e representantes da imprensa para tratar da temática. Por fim, a conselheira Mônica informou que a Delegada responsável pela seção de atendimento às vítimas LGBT+ convidou o Conselho para realizar uma visita à unidade. Informou, ainda, que está em discussão a criação de uma delegacia especializada para atendimento à população LGBT+, à diversidade, às pessoas idosas e a outros públicos em situação de vulnerabilidade.

Ponto de Pauta 05. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES PELA GERÊNCIA SOBRE O PLANEJAMENTO ELABORADO EM 2025 PARA EXECUÇÃO EM 2026: O gerente Bê Kobe apresentou o contexto de trabalho da Gerência e os desafios enfrentados para a execução das ações e eventos previstos para o ano de 2026. Informou que, ao assumir a Gerência em março de 2026, encontrou no Plano de Contratações Anual (PCA) a previsão de execução do Edital Diversidades, do Fórum sobre Envelhecimento da População LGBT+, em parceria com o Estado de Sergipe, da confecção de banners comemorativos dos 10 anos do Conselho e de materiais gráficos institucionais. Relatou que também havia um documento contendo a previsão de quatro eventos relacionados a datas afirmativas - comemoração dos 10 anos do Conselho, Dia da Visibilidade Lésbica, Dia Nacional de Combate à LGBTfobia e Dia do Orgulho LGBT+, porém sem planejamento técnico detalhado e sem previsão orçamentária específica para sua execução. Na sequência, apresentou os requisitos técnicos e administrativos necessários para a realização de eventos com recursos públicos, destacando a necessidade de elaboração de justificativa, definição de objetivos, programação, orçamento, logística, contratação de serviços e demais procedimentos administrativos. Informou, ainda, que desde o início de sua gestão a Gerência tem enfrentado elevada demanda institucional, citando a condução de sete processos de gestão de parcerias com organizações da sociedade civil, o recebimento do Programa Empodera+ com acordo de cooperação expirado, a elaboração de plano de trabalho referente a emenda parlamentar, a atualização do Plano Estadual, o atendimento às demandas da Ouvidoria, o encaminhamento de respostas a ofícios do Ministério Público e o período de transição da Secretaria e da Subsecretaria. Durante os debates, a conselheira Fabiana questionou quais eram os quatro eventos previstos e observou que, no biênio anterior, a Gerência também contava com apenas dois servidores, tendo



conseguido executar todas as atividades planejadas, inclusive a Conferência Estadual. Manifestou preocupação com o excesso de procedimentos burocráticos e com a ausência de ações alusivas às datas afirmativas de 2026, destacando que o Dia Nacional de Combate à LGBTfobia, em 17 de maio, e o Dia do Orgulho LGBT+, em 28 de junho, transcorreram sem a realização de atividades. O conselheiro Filipe compartilhou sua experiência como ex-gerente e ex-presidente do Conselho, ressaltando a importância da articulação institucional e da construção de parcerias para superar limitações estruturais e de equipe. Defendeu que o diálogo e a cooperação são fundamentais para viabilizar ações, mesmo diante de restrições orçamentárias e operacionais. A conselheira Layza ressaltou a importância do planejamento conjunto entre a Gerência, o Conselho e a Secretaria, observando que o planejamento anual deve ser construído no exercício anterior. Também destacou a necessidade de retomada do projeto Transvivência, previsto na Lei Estadual nº 12.627, e solicitou esclarecimentos quanto às informações apresentadas sobre o planejamento existente. A conselheira Fabiana solicitou à Subsecretária Fabiana e à Secretária Marcela que a comemoração dos 10 anos do Conselho Estadual LGBT+ seja realizada, após o período eleitoral, com a relevância institucional que a data representa. Em resposta, a Subsecretária Fabiana reafirmou o compromisso da Secretaria com o fortalecimento das ações do Conselho, assegurando que todas as medidas que estiverem ao alcance da SEDH serão adotadas para apoiar sua atuação. Por fim, o gerente Bê Kobe reconheceu os desafios enfrentados pela Gerência, esclareceu que não há falta de interesse ou de empenho na execução das ações e comprometeu-se a atuar de forma integrada com o Conselho para viabilizar a execução das prioridades estabelecidas até o final do exercício. Ao final das discussões, ficou consensuado que a comemoração dos 10 anos do Conselho será planejada para ocorrer após o período eleitoral; que o planejamento das ações para 2027 deverá ser construído de forma conjunta entre a Gerência, o Conselho e a Secretaria, a partir de dezembro de 2026; que será retomada a articulação para realização do projeto Transvivência, em parceria com outras secretarias; e que a Gerência buscará fortalecer a integração com o Conselho e com o movimento social. A conselheira Layza solicitou informações sobre o andamento do Edital Diversidades 2026, previsto no Plano de Contratações Anual (PCA). A Subsecretária Fabiana Turino informou que o edital passou por revisão em razão de inconsistências apontadas pelo Ministério Público e que, desde maio, a SEDH vem revisando todos os seus editais. Esclareceu que a Comissão responsável concluirá a análise para posterior encaminhamento à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), com previsão de publicação ainda em 2026, após a aprovação do órgão.

Ponto de Pauta 06. ATUALIZAÇÃO DO ANDAMENTO DO PLANO ESTADUAL LGBTI+: O gerente Bê Kobe apresentou panorama das contribuições recebidas na consulta pública para revisão do Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia, informando que houve manifestações em praticamente todos os nove eixos temáticos, sendo identificado apenas um eixo sem ações já contempladas no plano vigente, o que evidencia lacunas em sua implementação. Destacou que as contribuições abrangeram temas como fortalecimento da assistência social, interiorização do Programa Empodera+, casas de acolhimento, proteção social para pessoas trans, educação inclusiva, permanência estudantil, empregabilidade, empreendedorismo, políticas culturais, ampliação do acesso à saúde, processo transexualizador, saúde mental, acesso à justiça, produção de dados, qualificação das forças de segurança, criação de fundo e observatório estadual, fortalecimento da governança, do Conselho Estadual e da participação social, com atenção aos grupos sub-representados. Ao final da apresentação, propôs a criação de um Grupo de Trabalho para elaboração do novo Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia, garantindo ampla participação social. O conselheiro Júlio sugeriu que a discussão do plano seja retomada na próxima reunião, mediante apresentação estruturada das contribuições e definição de cronograma para conclusão dos trabalhos. Como encaminhamento, foi aprovada a criação do Grupo de Trabalho, ficando a discussão detalhada do plano para a próxima reunião. Em relação às audiências públicas de revisão do Plano Estadual, a servidora Gisele apresentou relato sobre as audiências públicas realizadas nos dias 25 e 26 de junho de 2026. Informou que, no primeiro dia, participaram 34 pessoas, entre representantes da sociedade civil e do poder público, tendo ocorrido instabilidade na



plataforma virtual, posteriormente solucionada, quando foram discutidos os eixos Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, Saúde e parte do eixo Educação. No segundo dia, registrou-se menor participação, não sendo possível concluir a apreciação das propostas dos eixos Educação, Pacto Federativo, Participação e Controle Social e Cultura. Informou, ainda, que as 28 propostas aprovadas no Seminário de Mulheridades LBT foram encaminhadas ao Conselho para apreciação. A conselheira Fabiana manifestou preocupação com a forma de apresentação dos dados de participação, ressaltando que a comparação entre representantes da sociedade civil e do poder público não refletia o esforço empreendido pelo movimento social, além de registrar que ocorreram episódios de LGBTfobia durante o processo das audiências. A conselheira Layza avaliou que o formato virtual, realizado em dias úteis e horário comercial, dificultou a participação da população LGBT+, destacando, contudo, o empenho da sociedade civil na elaboração de propostas e defendendo celeridade na sistematização, aprovação e encaminhamento do plano ainda em 2026. Como encaminhamentos, ficou registrada a necessidade de realização de reunião extraordinária para conclusão da apreciação dos eixos pendentes, a revisão do formato das audiências públicas para ampliar a participação social em futuros processos e a adoção das providências necessárias para conclusão e encaminhamento do Plano Estadual à Procuradoria-Geral do Estado antes do início de 2027. **Ponto de Pauta 07. CÂMARA TÉCNICA DE VIOLÊNCIA: APROVAÇÃO DA RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA A PARCERIA DO CELGBT+ES COM O SAHUV:** A conselheira Layza apresentou o relatório das atividades desenvolvidas pela Câmara Técnica no período, destacando a participação nas audiências públicas para revisão do Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia, no Seminário de Mulheridades LBT, realizado no município de Anchieta/ES, em atividade formativa promovida pela Prefeitura do município de Jerônimo Monteiro/ES e em reunião com a equipe da Secretaria Municipal de Educação de Vitória sobre a formação de professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Informou, ainda, que o Conselho foi convidado a integrar a organização de seminário a ser realizado pelas escolas da EJA da Prefeitura de Vitória no mês de agosto. Ressaltou que a Câmara Técnica é composta por outros membros além das conselheiras que vêm conduzindo os trabalhos, destacando a necessidade de maior participação de seus integrantes e informando que poderá haver substituição daqueles que não estiverem acompanhando as atividades. Também enfatizou a importância de fortalecer a articulação com parceiros institucionais, como o SETADES e a Secretaria de Estado da Saúde, para o desenvolvimento de ações intersetoriais, a exemplo da Transvivência. A conselheira Fabiana registrou agradecimento e reconhecimento à participação das representantes das mulheridades do Conselho no Seminário de Mulheridades LBT, destacando a contribuição das conselheiras presentes. Como encaminhamento, ficou registrada a necessidade de ampliar a participação dos membros da Câmara Técnica e intensificar a articulação do Conselho com parceiros institucionais para o desenvolvimento de ações intersetoriais. Fabiana Oliveira de Carvalho agradece a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Nada mais havendo a tratar, eu Gisele Alencar Florencio Matos, lavrei a ata que depois de lida e aprovada, será assinada por mim e a presidente deste conselho.

FABIANA OLIVEIRA DE CARVALHO

Presidenta do CELGBT+ES

GISELE ALENCAR FLORENCIO MATOS

Secretária Executiva do CELGBT+ES

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

GISELE ALENCAR FLORENCIO
ASSISTENTE DE GERENCIA I
GEPLGBT - SEDH - GOVES
assinado em 31/08/2026 17:00:00 -03:00

FABIANA OLIVEIRA DE CARVALHO
CIDADÃO
assinado em 31/08/2026 17:39:36 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 31/08/2026 17:39:36 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por GISELE ALENCAR FLORENCIO (ASSISTENTE DE GERENCIA I - GEPLGBT - SEDH - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-RGZFK7>